



DEFENSORIA PÚBLICA DE MATO GROSSO DO SUL

Av. Des. José Nunes da Cunha - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79031-902 - Campo Grande - MS - www.defensoria.ms.def.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 0139089/33/005785/2023 - SGA

Em 13 de dezembro de 2023.

1. INTRODUÇÃO

1.1. A Secretaria de Gestão Administrativa, através de seus servidores designados na solicitação da demanda elaboraram o presente Estudo Técnico-Preliminar para a aquisição em tela, para análise da sua viabilidade e levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme a Resolução DPGE Nº 315, de 14 de abril de 2023 e exigências da Nova Lei Licitações e Contratos Administrativos (14.133/2021)

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta na Solicitação da Demanda, evidenciando o problema identificado e a real necessidade que ele gera, bem como o que se almeja alcançar com a contratação.

2.2. O objeto deste estudo é a contratação de empresa especializada, na forma direta e contínua, na prestação de Serviço de Seguros motivado pela necessidade de assegurar os imóveis locados da DPE/MS, contra eventuais sinistros para que possa, com isso, proteger o erário e o patrimônio público.

3. CONTRATAÇÃO ANTERIOR

3.1. Modalidade utilizada na Contratação anterior: Pregão Eletrônico

3.2. Número de Processo administrativo anterior: 33/007.070/2021

3.3. Número do Contrato e/ou da Ata de Registro de Preço de contratação anterior: 020/DPGE/2021.

3.4. Encerramento da Vigência do instrumento anterior: 09/12/2023

4. RESULTADOS PRETENDIDOS

4.1. Como benefícios resultantes desta contratação, espera-se proteger o patrimônio público, prevenindo riscos e eventuais sinistros que possam causar enorme dispêndio ao erário, pelo que, nessa hipótese, procura-se garantir que a Administração seja indenizada na eventual ocorrência de tais sinistros.

4.2. O contrato de seguro pretendido tem por objetivo indenizar o segurado durante a vigência contratual, nele compreendidos os prejuízos decorrentes de perdas e danos materiais causados, de forma súbita e imprevista, aos bens/interesses garantidos, diretamente resultantes de riscos cobertos, de acordo com as condições gerais, que fazem parte integrante e inseparável da apólice, e desde que observado os limites desta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E HABILITAÇÃO

5.1. São requisitos da contratação:

5.1.1. As franquias devem vir devidamente informadas na apólice e seus valores serem considerados conformes informações do ETP, TR e Edital.

5.1.2. A contratação deve estar de acordo com a correta caracterização dos bens móveis e imóveis da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul;

5.1.3. Definição exata das coberturas contratadas, com seus respectivos valores e franquias;

5.1.4. Definição adequada dos serviços a serem prestados;

5.1.5. Definição do valor estimativo da contratação;

5.1.6. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

5.1.7. Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços, que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação.

5.1.8. Riscos cobertos e limites máximo para indenização:

5.1.8.1. A Seguradora deverá cobrir os riscos derivados da Contratação, conforme valores atualizados constantes no limite de cobertura, conforme descrição da Apólice;

5.1.9. Condições de Diminuição:

5.1.9.1. Todas as unidades da asseguradas possuem:

5.1.9.1.1. Extintores de combate a incêndio;

5.1.9.1.2. Sistema de Circuito Fechado de Televisão _ CFTV;

5.1.9.1.3. Sistema de controle de acesso;

5.1.10. Endosso:

5.1.11. O Contratante poderá solicitar alteração na apólice de seguro, a ser processada pela Contratada, mediante endosso:

5.1.11.1. A Contratada terá um prazo de 15 (quinze) dias para apresentar uma proposta de endosso, após a solicitação do Contratante;

5.1.12. Manual: A Contratada deverá fornecer no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o pagamento do boleto ou nota fiscal, manual ou outro documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro predial, objeto da contratação.

5.1.13. Valores Constantes da apólice:

5.1.13.1. A Contratada deverá indicar o valor unitário do prêmio de global da proposta, devendo estar inclusos os impostos, taxas e deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

5.1.13.2. Somente será aceita na apólice cotação em moeda nacional, ou seja (R\$), em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, desprezando qualquer valor além do centavo.

5.1.13.3. A Apólice deverá conter as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

5.2. Requisitos de Habilitação

5.1.3.1 A empresa deverá estar devidamente registrada e habilitada para prestar serviços ao poder público, comprovando sua regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária:

- a) Apresentação da certidão negativa de débitos com a União pela contratada;
- b) Apresentação da certidão negativa de débitos Fazenda Estadual da sede da contratada;
- c) Apresentação da certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal da sede da contratada;
- d) Apresentação da certidão negativa de débitos trabalhistas e de ações trabalhistas da contratada;
- e) Apresentação do Contrato Social da contratada e documentação dos sócios, quando necessário;
- f) Certidões negativa de licitante inidôneo e improbidade administrativa;
- g) Balanço financeiro do exercício anterior, assinada ou certificada digitalmente pelo sócio administrador e contador devidamente registrado no CRC, quando obrigado por lei;

5.2. Será necessário ainda que a instituição/empresa contratada apresente documentos comprobatórios de natureza jurídica e outros que fundamentem a reputação ético-profissional, como:

- a) Estatuto (caso seja necessário);
- b) Atas das últimas eleições (caso seja necessário);
- c) CNPJ;
- d) Atestados de capacidade técnica e outros (diversos).

5.3. Serão incluídas como obrigação da contratada critérios e práticas de sustentabilidade a serem veiculados como especificação técnica do objeto, conforme a previsão descrita na Instrução Normativa nº 40/2020, se houver necessidade futura.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1. **Definição do método para a estimativa das quantidades:** As quantidades a serem adquiridas foram definidas com base em aquisições anteriores, e estudos quantitativos realizados pelo departamento demandante, assim, foi constatado que atualmente a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul possui sob sua tutela o quantitativo de 20 (vinte) imóveis alugados, se tratando de prédios comerciais, conforme pontuado na Solicitação da Demanda.

6.2. **Definição para estimativa de valores de cada unidade:** A Secretaria de Infraestrutura realizou levantamento de informações necessárias para a realização da consulta de preço de cada unidade da DPE/MS, levando em consideração o valor da construção de cada imóvel, quantidade de equipamentos eletrônicos e quantidade de mobiliário, conforme documento anexado (anexo I).

7. DOS VALORES ESTIMADOS

7.1. A Pesquisa de preços será realizada previamente pela Secretária de Gestão Administrativa por meio da divisão de Gestão de Compras como condição indispensável para o confronto e exame de propostas em licitação.

7.2. Serão utilizados como referenciais de pesquisa mercadológica as fontes elencadas na IN DPE nº 03/2022 e Legislações Correlatas sendo que o preço de referência aceitável para a aquisição será subsidiado pela média obtida na pesquisa mercadológica e/ou sistema banco de preços.

8. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

8.1. Foram realizadas pesquisas de mercado a fim de verificar quais as práticas existentes no mercado, bem como aquelas adotadas atualmente pelos órgãos públicos no que tange ao objeto contratual, de forma a aperfeiçoar a contratação desta Defensoria que melhor atenda a Instituição, dentro de padrões orgânicos de razoabilidade e economicidade aceitáveis, face ao art. 18, § 1º, V da Lei 14.133/21.

8.1.1. Consulta a contratações similares feitas por outros Órgãos e Entidades Públicas, anexo II:

ÓRGÃO		MODALIDADE	EMPRESA VENCEDORA	PREÇO MÉDIO DE MERCADO
PA	TRE -	PREGÃO – Nº 10/2023	ESSOR SEGUROS S.A.	R\$ 34.870,00
	PODER JUDICIÁRIO - TO	PREGÃO – Nº 15/2022	SOMPO SEGUROS S.A.	14.000,00
	IFPA	DISPENSA DE LICITAÇÃO – Nº 72/2023	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO GERAIS	R\$ 3.977,21

8.1.2. Potenciais fornecedores de prestação de serviço de seguro predial:

8.1.2.1. A cotação dos custos dos serviços de seguro predial será conduzida com base no levantamento de fornecedores obtido a partir do Banco de Preços, bem como na análise dos prestadores que outrora apresentaram cotações para a instituição.

8.1.3. Estimativa Prévia do valor da contratação - art.18, §1º, VI da lei 14.133/22

8.1.3.1. A Estimativa Prévia do Valor da Contratação refere-se às obrigações de administração pública, antes de realizar um processo de licitação ou contratação direta, estimar o valor que espera gastar com a aquisição de bens, serviços ou obras. Essa estimativa é fundamental para garantir a transparência e a eficiência nas contratações públicas, pois permite:

a) Planejamento Adequado: A estimativa prévia ajuda a administração pública a planejar suas aquisições, definindo o orçamento disponível e evitando gastos excessivos ou desperdícios de recursos.

b) Concorrência Justa: Ao estimar o valor da contratação com precisão, a administração garante que a licitação atraia empresas interessadas e concorrentes em condições de igualdade, promovendo uma concorrência justa.

c) Controle de Gastos Públicos: A estimativa prévia contribui para o controle dos gastos públicos,

pois os órgãos de controle podem verificar se os valores estimados estão de acordo com os preços de mercado e se os recursos públicos estão sendo utilizados de forma eficiente.

d) Transparência: A divulgação da previsão prévia é um requisito de transparência, permitindo que os cidadãos e as empresas tenham acesso às informações sobre os gastos públicos planejados.

8.1.3.2. Dito isso, a Lei Federal 14.133/22 estabelece que a previsão prévia deve ser realizada com base em parâmetros de mercado, considerando preços praticados em compras semelhantes e outras informações relevantes.

8.1.3.3. Portanto, a cotação será realizada e apresentada no Relatório de Cotação, conforme critérios estabelecidos na Lei 14.133/2021 e IN/DPGE Nº 03/2022.

8.2. Das possíveis soluções existentes no mercado

8.2.1. Este Estudo Técnico Preliminar visa, sobremaneira, analisar e escolher qual a solução que melhor responde às necessidades desta Instituição, sob os aspectos legais, técnicos, econômicos e ambientais em relação aos objetos a serem adquiridos.

8.2.2. Das possíveis soluções existentes no mercado:

8.2.2.1. Frise-se que a contratação em tela é cláusula obrigatória em todos os contratos de alugueis dos referidos imóveis, sendo assim, não há em se falar em outra solução.

8.3. Solução técnica escolhida:

8.3.1. Pela descrição da solução apresentada, a contratação de seguro predial é a única medida a ser adotada.

8.3.2. Assim, em função das necessidades institucionais, da natureza da solução, dos riscos envolvidos na contratação e dos custos obtidos no levantamento de preço, recomenda-se a contratação citada no item 8.2.2.1.

9. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. O presente Estudo Preliminar tem por objeto determinar as condições e os procedimentos que regerão a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro predial, contra incêndios, raios, explosões, danos elétricos, impacto de veículos e/ou queda de aeronaves, vendaval, perda e/ou pagamento de aluguel, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos e furtos.

9.2. O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, com fulcro no artigo 107, da Lei 14.133/2021.

9.3. Não se vislumbra complexidade técnica no serviço em questão, a ponto de realizar audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir outra solução que não seja a eleita neste Estudo.

9.4. O objeto pode portar complexidade técnica e ainda assim ser “comum”, no sentido de que essa técnica é perfeitamente conhecida, dominada e oferecida pelo mercado.

9.5. A contratação se dará através de Pregão Eletrônico.

10. DO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

10.1. Observa-se o fato de que toda e qualquer licitação se destina a investigar qual a melhor proposta para a efetivação dos interesses da Administração Pública, com a qualidade necessária e o menor custo possível, balizando-se por normas fundadas sobre princípios que assegurem a competitividade e justo preço, conforme o que determina o Art. 5º, da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Frisa-se que, o art. 40, V, a, da Lei n.14.133/2021, estabelece que as compras efetuadas pela Administração Pública devem ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis.

10.3. No mesmo sentido é o enunciado n.º 247 do TCU, vejamos:

*10.3.1. É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala**, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. (Grifou-se).*

10.4. Portanto a Administração Pública deve analisar cada caso isoladamente, buscando a contratação mais vantajosa, assim para este caso em específico, o parcelamento da solução não se mostra interessante, por não se apresentar economicamente viável, com possibilidade de perda de escala, conforme entendimento da Súmula 247 do TCU, grifada acima.

10.5. Ademais, fica evidente pela forma como o mercado de fornecedores funciona a partir da pesquisa de preços, que a vantagem econômica para a Administração ocorre na hipótese de contratação de grupo integral, uma vez que o menor preço é resultante da multiplicação de preços de diversos itens pelas quantidades estimadas, o que gera economia de escala.

10.6. Também é possível observar por meio da pesquisa de preços que existem diversos fornecedores aptos a prestar o serviço objeto da presente licitação no âmbito da região.

10.7. Quanto à formação do grupo, a contratação dos serviços em foco amolda-se em maior uniformidade de execução se prestada por única empresa, haja vista questões ligadas à logística da operação, custos gerenciais e administrativos, a padronização dos serviços, a qualidade e a tempestividade na entrega.

10.8. Vale frisar que, seria desastroso para a Administração, tecnicamente falando, se a realização do evento restasse prejudicada por inexecução total ou parcial de qualquer serviço.

10.9. Ademais, tendo em conta que os serviços previstos nesta licitação são interligados, a apuração de responsabilidade tornar-se-ia inviável, com a possibilidade de os fornecedores divergirem um do outro e prejudicar a execução do contrato.

10.10. Também não há falar em preterir o princípio da economicidade, haja vista a racionalização promovida pela Administração, por meio do qual foi possível estabelecer estimativa com base em dados reais de uso de recursos, a favorecer a oferta de melhores propostas de preços pelas licitantes.

10.12. Diante ao exposto, optou-se em realizar a licitação por meio da modalidade pregão eletrônico, que tem como tipo o menor preço, reunindo os itens a serem contratados em GRUPO ÚNICO.

11. GERENCIAMENTO DE RISCO

11.1. Anexo "A"

12. LEGISLAÇÃO VIGENTE

11.2. São aplicáveis ao presente processo de contratação os seguintes normativos:

a) Estudo Técnico-Preliminar, amparado pela Lei de Licitações, n. 14.133/21, em seu artigo 6º, inciso XX, Resolução TCE/MS n. 88/2018, alterada pela Resolução TCE/MS 180/2023, além de encontrar respaldo no artigo 1º da Instrução Normativa n. 40/2020/SEGES/ME, em especial seu parágrafo único.

b) Instrução Normativa n. 05/2017 SEGES, que regulamenta o planejamento das contratações em âmbito federal e institui o Gerenciamento de Risco em seu artigo 20, inciso II, utilizada em analogia por esta Defensoria Pública.

c) Serão utilizados como referenciais de pesquisa mercadológica as fontes elencadas na IN DPGE nº 03/2022 e Legislações Correlatas sendo que o preço de referência aceitável para a aquisição será subsidiado pela média obtida na pesquisa mercadológica.

d) Sugerimos a modalidade de pregão eletrônico, a luz do Art. 28, Inciso I, da lei 14.133/21.

e) Decreto Federal nº 60.459, de 13 de março de 1967.

f) Decreto Estadual n. 15.775, de 28 de setembro de 2021, que regulamenta a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, mediante licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, em consonância com a Resolução DPGE/MS nº. 289, de 27 de setembro de 2022;

13. DAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS SUGERIDAS AOS FISCAIS

13.1. Como alternativas pontuais para minimizar os riscos identificados, sugerimos aos fiscais do contrato que desenvolvam as atividades abaixo durante o acompanhamento da execução financeira da contratação:

a) Certifique-se de que no período de pagamento à contratada as certidões listadas no **item 5.2.** estejam vigentes;

b) Certifique-se de que o objeto será cumprido em sua integralidade, e se necessário requisiite informações pertinentes ao setor demandante.

13.2. Nos termos do art.117, Lei nº 14.133/2021, deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/21, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros

para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

13.2. Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato da Contratante, conforme art. 2º da Res. DPGE n. 317/2023.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. A contratação poderá trazer algum tipo de impacto ambiental:

(x) SIM () NÃO

14.1.1. A Defensoria Pública Estadual de Mato Grosso do Sul, adota medidas e planos de gerenciamento que visam minimizar a geração de resíduos, como o correto acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte e descarte de materiais que causem impactos ambientais, como determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

15. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA AQUISIÇÃO

15.1. Conforme fundamentação acima e após o Estudo Técnico-Preliminar da equipe epigrafada, **constatou-se a viabilidade da contratação**, além de ratificar a necessidade desta para o atendimento as demandas internas e princípios da Administração Pública, e convalidando os interesses da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme inciso XIII, do art. 7º, da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

16. PLANEJAMENTO ANUAL DE CONTRATAÇÃO – PAC

16.1. O presente objeto está alinhado com o Planejamento Anual de Contratação da DPE/MS 2024, item 32.

ANEXO A – GERENCIAMENTO DE RISCO

Risco 01	Não Haver disponibilidade orçamentária
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
Dano	Perda do processo licitatório.
Ação Preventiva	Buscar base no planejamento estratégico da Instituição, em alinhamento com a divisão de Finanças e chefias superiores, sempre em consonância com cronograma anual de aquisições e/ou contratações.

Risco 02	Levantamento inadequado dos itens que compõem a contratação e prestação dos serviços.
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
Dano	Prestação de serviços incompletos, não alcançando todas as necessidades e resultados pretendidos.
Ação Preventiva	Revisão e eventual adequação das especificações de obrigação da contratada e forma de prestação de serviços.

Risco 03	Estimativa de preço em descompasso com os valores praticados no mercado.
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixa (X) Média () Alta

Dano	Licitação deserta (descontinuidade do serviço) ou contratação por preço elevado.
Ação Preventiva	Realizar extensa e adequada pesquisa de mercado.
Ação de Contingência	No caso de licitação deserta, avaliar a possibilidade de proceder à contratação direta por dispensa de licitação. No caso de preço elevado, deve o pregoeiro negociar a redução dos valores propostos, tendo como parâmetro os valores do contrato atual.

Risco 04	Atraso no Procedimento licitatório (Impugnação ao Edital)
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixa (X) Média () Alta
Dano	Prejuízo para o cronograma instituído pela Administração Superior.
Ação Preventiva	Análise pormenorizada dos itens exigidos no Edital, de forma a não extrapolar as regulamentações previstas em Lei. Comunicar os departamentos internos sobre a prioridade e necessidade de bom e correto andamento deste processo, no afim de manter o planejamento realizado pela Administração Superior em benefício a DPGE.
Ação de Contingência	Tomar as providências necessárias ao saneamento do processo no menor prazo possível, de modo a permitir a realização da licitação.

Risco 05	Ausência de licitantes conforme TR estabelecido
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
Dano	Perda do processo interno e não realização do certame.
Ação Preventiva	Ampla pesquisa de preço. Comunicar às empresas que forneceram propostas de preços na pesquisa sobre o alto interesse da realização do certame pela DPGE. Especificar tecnicamente a solução pretendida com informações que possibilitem maior número de concorrentes, sem descomprometer a qualidade pretendida.

Risco 06	Inexecução parcial das atividades de responsabilidade dos fiscais
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
Dano	Ausência de acompanhamento contratual; risco nas atividades da contratada; problemáticas com o serviço/item entregue/prestado; dificuldades no relacionamento entre contratada e contratante; inexecução parcial ou total do objeto.

Ação Preventiva	Criar alternativas por parte do gestor e do fiscal de minimizar os riscos identificados, desenvolvendo uma efetiva fiscalização e acompanhamento dos contratos de forma regular, acompanhando a sua execução tanto processual, física e financeira. Relatar aos superiores os devidos problemas que a contratada possa oferecer no decorrer da execução do objeto, advertir sempre que necessário, exigir o cumprimento integral do objeto.
Ação de Contingência	Comunicação tempestiva e reiterada à empresa para regularização das pendências apontadas. Abertura de processo administrativo para averiguação do problema e apuração de responsabilidade.

Risco 07	Deixar de realizar obrigação assumida em cumprimento do objeto (inexecução)
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
Dano	Prejuízo nas atividades da instituição em sua finalidade.
Ação Preventiva	Acionar cláusulas contratuais estabelecendo níveis mínimos de obrigações, aplicar sanções previstas no edital e termo de referência e, se necessário, executar garantia financeira do contrato (se for o caso).
Ação de Contingência	Abertura de processo administrativo para averiguação do problema e apuração de responsabilidade. Aplicação de penalidades. Convocar segunda colocada para conclusão dos serviços.

Sara Carelli Medina

Assessora Administrativa

Maria Fernanda Bitencurt

Assessora Administrativa

Ângelo Ulpiano Facioni

Coordenador da SEINFRA



Documento assinado eletronicamente por **SARA REGINA CARELLI MEDINA, ASSESSOR ADMINISTRATIVO III**, em 14/12/2023, às 12:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA FERNANDA VARGAS BITENCOURT, ASSESSOR ADMINISTRATIVO III**, em 14/12/2023, às 12:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANGELO ULPIANO FACIONI, Coordenador**, em 14/12/2023, às 13:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://bit.ly/3TOMKe9> informando o código verificador **0139089** e o código CRC **6E689168**.